INFANTARIA LIGEIRA

Uma revolução na Rainha das Armas

Introdução

O protagonismo da Infantaria de Linha nos campos de batalha, consolidado desde o século XVI, começou a ser posto em causa na segunda metade do século XVIII. No seu modelo final, de inspiração prussiana, a infantaria reflectia o processo do combate colectivo, de comando centralizado, funcionando como uma máquina afinada, embora pesada, lenta e previsível. O ataque fazia-se marchando, e não correndo, para não desfazer o alinhamento das formações. A infantaria disparava por salvas, à voz, quase sem fazer pontaria ou mesmo com o fuzil à ilharga. O importante não era a precisão, mas a velocidade de tiro, de modo a produzir uma muralha de fogo que se abatia inexoravelmente sobre o inimigo. Este efeito, no entanto, só era garantido na medida em que o alinhamento das formações fosse perfeito até ao momento do *Choque*. Conseguir este objectivo – à custa, naturalmente, de muito treino e muita disciplina – tinha, todavia, um elevado preço: a manobra, isto é, a aplicação vantajosa do elemento *Movimento*, tornava-se extremamente difícil. Assim, sempre que se obtinha qualquer vantagem pela acção do fogo e do choque, essa vantagem não se traduzia num sucesso decisivo, porque escasseava a capacidade para perseguir o inimigo, para o envolver e, finalmente, destruir.

Privilegiar a *Manobra*, sem descurar o *Fogo*, mas depreciando o *Choque*, são, então, as razões que abrem caminho a um novo tipo de infantaria – a Infantaria Ligeira. O seu processo de afirmação seguiu duas vias convergentes – uma reformista e outra revolucionária –, muito condicionadas, naturalmente, pelos diferentes calendários das transformações políticas do século XVIII, na Europa e na América. Todavia, o aparecimento da Infantaria Ligeira, no que concerne aos exércitos regulares, não se pode classificar, do ponto de vista histórico, como uma invenção ou inovação absoluta. Os *vélites* das legiões romanas não eram outra coisa senão uma forma de infantaria ligeira. No caso específico dos *vélites extraordinários* (no sentido de "fora da ordem"), podemos, mesmo, ver uma espécie de antepassados dos modernos *caçadores*.

O dispositivo "em atiradores"

Para além de umas quantas experiências de carácter reformista, o que vai pesar, definitivamente, na evolução da infantaria são os cenários políticos de ruptura, proporcionados pela Revolução Americana e pela Revolução Francesa. Não por acaso, através da reformulação do emprego táctico da "arma" menos elitista de qualquer exército – a Infantaria. De realçar, ainda, que, nas guerras que se vão seguir, nenhuma vantagem significativa, no capítulo do armamento, pode ser identificada como factor desequilibrador. É o factor humano – nas suas expressões anímicas, tácticas e de comando – que vai constituir o motor das vitórias nos campos de batalha.

Numa primeira fase, a revolução no combate tem lugar no continente norte-americano, durante a *Guerra da Independência* dos Estados Unidos. Os rebeldes americanos tinham que se defrontar com unidades britânicas, organizadas de forma semelhante às prussianas[1], constituindo uma massa pesada e de movimentação difícil. Dos rebeldes, por outro lado, não

[1] Tenha-se em atenção o facto de os reis ingleses serem, nessa época, príncipes de Hanover, havendo sólidas ligações políticas e militares entre as duas monarquias. De resto, entre as tropas britânicas que combatiam os rebeldes norte-americanos encontravam-se unidades formadas por mercenários germânicos (hanoverianos e de outras regiões).

podia esperar-se – dada a sua limitada instrução militar –, que enfrentassem o exército colonial empregando, em campo aberto, formações em *Ordem Unida*, idênticas às do seu inimigo. Vocacionados para a escaramuça, a táctica usada pelos americanos baseava-se na dispersão de atiradores, altamente móveis, capazes de se aproximar furtivamente das linhas britânicas e executar fogos mortíferos e certeiros com as suas carabinas estriadas. Nessa movimentação, os atiradores americanos, usando a sua própria ***iniciativa***, procuravam proteger-se de vistas e fogos, tirando o máximo partido do terreno, da vegetação e de outras formas de cobertura. Mas, acima de tudo, o combatente americano tinha a vantagem de um ânimo incomparavelmente superior, porque, contrariamente ao militar profissional/mercenário do exército britânico, lutava por uma causa – a sua liberdade.

As Tropas Ligeiras

Na Europa, no último quartel do século XVIII, enquanto estão ausentes as condições revolucionárias verificadas na América do Norte, os principais exércitos estudam atentamente as experiências das campanhas mais recentes e avançam, de maneira consistente, para a criação das primeiras unidades de *Infantaria Ligeira*, ou, de forma mais abrangente, das *Tropas Ligeiras*, incluindo nestas, além da infantaria, unidades de cavalaria ligeira e artilharia a cavalo. Um tratado militar francês, de 1782, começava por definir *Tropas Ligeiras* do seguinte modo:

«*Tropas Ligeiras* são aquelas cuja constituição as torna mais vocacionadas para operações que exigem celeridade. Designam-se, por vezes, de *Irregulares*. Este epíteto é impróprio [...] Demonstraremos que não poderemos tirar das Tropas Ligeiras nenhuma vantagem se a sua disciplina não for exactamente como a das outras.»[2]

Mais adiante, depois de referir que as Tropas Ligeiras podiam ser apeadas ou montadas a cavalo, o mesmo regulamento apontava o tipo de missões para as quais essas tropas deveriam ser encaminhadas:

«Empregam-se, especialmente, na cobertura do Exército durante as marchas[3], bivaques, forragens e aquartelamentos; para tomar de assalto postos inimigos; para alertar para a sua aproximação, para o observar, flagelar, surpreender; para dificultar a sua subsistência, inquietar as suas colunas de reabastecimento, reconhecer os seus movimentos e posições, cobrar impostos no seu território, arruiná-lo, etc..»[4]

Ora, era evidente que, para um tão vasto leque de missões, as tropas em questão careciam de uma gama de qualidades muito superiores às das unidades de Linha, desde logo porque, actuando de forma mais dispersa e afastadas dos comandos superiores, só podiam desempenhar convenientemente as suas missões através de um grau de iniciativa muito consistente e, naturalmente, de muita inteligência e desembaraço. Em suma, tratava-se já de uma tropa de elite, embora concebida num cenário do *Antigo Regime*.

No capítulo do poder de fogo, as salvas à voz vão ser substituídas por disparos isolados e selectivos, com uma precisão resultante de uma pontaria cuidada, do mesmo tipo da do tiro de caça. Para esse fim, o fuzil da infantaria de linha – pesado e pouco preciso – não servia. Assim, às Tropas Ligeiras são atribuídas novas armas de fogo, mais leves, mais precisas e utilizando pólvoras de melhor qualidade. Por outro lado, a baioneta é alongada para 24 polegadas, dando ao combatente uma maior capacidade no combate corpo a corpo, incluindo a possibilidade de sobreviver na luta directa contra um inimigo a cavalo, armado de sabre.

Às Tropas Ligeiras reservava-se um treino muito próximo das condições de combate. A instrução de tiro fazia-se nas posições de pé, de joelhos e deitado, procurando conjugar o fogo

[2] *Traité sur la constitution des Troupes Légères, et sur leur emploi a la guerre*, pp. 1-2.
[3] Nas modalidades de guarda avançada, guarda de flanco ou guarda de retaguarda.
[4] *Traité sur la constitution des Troupes Légères, et sur leur emploi a la guerre*, p. 2.

com as necessidades da manobra. Todos os movimentos tácticos se executavam em "passo vivo", desenvolvendo, assim, uma mentalidade agressiva e plena de iniciativa. Recomendava-se, inclusivamente, que se ensinasse natação aos soldados das Tropas Ligeiras, visando a travessia de cursos de água.

Por fim, não se negava a possibilidade de, em caso de necessidade, empregar as Tropas Ligeiras no dispositivo convencional das batalhas, em *Ordem Unida*, como infantaria de Linha, assumindo-se que essa readaptação temporária se faria sem sobressaltos de maior e com plena utilidade.

A Revolução Francesa

As inovações tácticas produzidas na América do Norte não demoraram muitos anos a servir de modelo na Europa. Só era preciso que condições políticas análogas favorecessem o aparecimento do *soldado-de-infantaria-cidadão*, e essas condições apareceram com a eclosão da Revolução Francesa. A cidadania plena, conquistada pela revolução, vai reflectir-se na composição do exército da nova república e vai romper com as *cortesias castrenses* dos exércitos do *Antigo Regime*. As modalidades de manobra assentes em formações compactas, de comando fácil e centralizado – logo, concedendo pouca ou nenhuma iniciativa aos comandos subordinados –, cedem lugar a dispositivos onde aumentam os espaços entre unidades, exigindo uma maior descentralização do poder de decisão. Daqui decorria uma maior responsabilidade nos escalões de comando inferiores, situação que, de resto, se ajustava bem ao conceito revolucionário da plena cidadania. Por inevitável arrastamento, a guerra de inspiração revolucionária – onde o que está em jogo são princípios e não a conquista de território – põe termo à concepção profissional/mercenária do combate, e, apoiada na conscrição universal – geradora de avultados efectivos – vai introduzir o factor *paixão*, sob a forma de um impetuoso patriotismo.

Já depois de iniciadas as guerras contra a República Francesa, as inovações introduzidas no novo exército gaulês eram vistas com grande reserva nos exércitos mais conservadores. Estimular a táctica da *escaramuça*, como forma de desgastar as tropas adversárias, era visto pelos oficiais da velha escola prussiana como «politicamente suspeita e militarmente desnecessária», como quem diz que, adoptando no exército esse tipo de combate, se estava a treinar a "populaça" para uma hipotética insurreição.

Ao general Gerhard von Scharnhorst – que, na sequência da derrota na batalha de Iéna (1806), participou activamente na reforma do exército prussiano –, também não haviam passado despercebidas as potencialidades tácticas dos *tirailleurs* (atiradores) franceses:

«O desembaraço físico e a elevada inteligência do homem comum permite aos atiradores franceses colher todas as vantagens oferecidas pelo terreno e pela situação geral, enquanto os apáticos alemães, boémios e holandeses formam em campo aberto e nada mais fazem do que aquilo que os seus oficiais dizem para eles fazerem».[5]

Trata-se de uma observação que, em poucas linhas, traça um retrato fiel da ruptura de conceitos que então se produzia e do que é que estava, efectivamente, em jogo, com a criação das unidades de infantaria ligeira.

Clausewitz[6], que fez parte do estado-maior de von Scharnhorst, na época da reorganização do exército prussiano, haveria de se referir, mais tarde, à importância das Tropas Ligeiras, de um modo bastante sugestivo e clarificador:

«Individualmente, o hussardo e o caçador possuem um espírito inventivo, uma confiança em si mesmos e na sua sorte que alguém que tenha servido sempre na "linha" dificilmente pode

[5] *Ibidem*.
[6] Carl von Clausewitz, general prussiano autor do renomado tratado *Da Guerra*.

imaginar. Por outro lado, o hussardo e o caçador têm mais respeito pelo perigo em combate do que as tropas que lutam em formações cerradas. Esta é uma qualidade indispensável nas tropas ligeiras, nas quais o extremo arrojo tem que alternar, conforme as circunstâncias, com uma inteligente precaução.»[7]

Reformas sob a ameaça de guerra

Em Portugal, a percepção nítida da urgência em reformar as tropas de infantaria ocorre logo após a campanha do Rossilhão (1793-95). A Divisão Auxiliar que, sob o comando do general Forbes Skellater, combatera ao lado da Espanha, contra a República Francesa, fora uma inquietante amostra do que restava do exército de inspiração prussiana que o Conde de Lippe instaurara três décadas atrás. A sua participação no conflito tinha feito salientar clamorosas vulnerabilidades no capítulo da instrução e na qualidade e capacidade dos seus oficiais, muitos deles – alferes e tenentes – com idades rondando os cinquenta anos. A breve trecho (1796), a nova aliança franco-espanhola, resultante da *Paz de Basileia*, colocava Portugal perante a ameaça de uma invasão. É este autêntico estado de necessidade que faz emergir os primeiros sinais de uma reorganização das forças militares nacionais, em padrões semelhantes aos que já se notavam noutros países europeus.

Um primeiro passo na reconversão das unidades de infantaria é dado através de um decreto, datado de 1 de Agosto de 1796. Por acção deste diploma, os Regimentos de Infantaria passavam a incluir uma Companhia de Caçadores, suprimindo uma de granadeiros, e, cada uma das companhias de fuzileiros disporia de 6 praças de caçadores, para serem empregues como "aclaradores".

Sem que se desse à reorganização do Exército a velocidade que a situação internacional impunha, foi a mesma avançando timidamente durante os últimos anos do século XVIII e o dealbar do século XIX. Entre as figuras mais empenhadas na reforma do exército, avulta a do marechal de campo Gomes Freire de Andrade, que, além de ter participado na campanha do Rossilhão, viajara pela Europa Central e Rússia, observando as tendências reformadoras que então se processavam. Com base nessa experiência, advogou junto da hierarquia do exército a formação de Tropas Ligeiras no âmbito das armas de infantaria e de cavalaria, sugerindo, em ambos os casos, a adopção da denominação "caçadores". Surge, então, a primeira *Legião de Tropas Ligeiras*, composta por um batalhão de infantaria a oito companhias, três esquadrões de cavalaria e uma bateria de artilharia, sendo designado seu comandante o marquês de Alorna.

A convicção da utilidade deste tipo de unidades não deixou de produzir alguns efeitos importantes. Nas vésperas da *Guerra das Laranjas* (Maio de 1801), o coronel Manuel Pamplona Corte Real procedia, nas províncias do Norte, ao levantamento de várias companhias de caçadores voluntários, dando execução à recomendação feita, nesse sentido, pelo responsável máximo do Exército, o duque de Lafões. Na mesma conjuntura, determinava-se o aumento do número de companhias de caçadores na orgânica dos Regimentos de Infantaria de Linha, agora em prejuízo do número de companhias de fuzileiros. Em matéria de recrutamento, era notório o entendimento de que a população rural das zonas raianas possuía, naturalmente, as características e as aptidões que mais interessavam para o cumprimento das missões próprias das unidades de caçadores.

Os insucessos da campanha de Maio de 1801 mais fizeram compreender a premência de uma reorganização das forças terrestres. Logo em Janeiro de 1802, o general Forbes apresentou a um Conselho de Guerra, nomeado pelo ministro D. João de Almeida de Mello e Castro, um memorando sobre a dita reorganização. Nesse documento, previa-se uma Tropa Ligeira

[7] KEVIN KILEY, *Prussian Light Infantry in the Jena Campaign,* www.napoleon-series.org/military/battles/c_prussianlight1.html

constituída por 5.000 caçadores e 1.200 hussardos (cavalaria ligeira ou caçadores a cavalo) e organizada em 3 Legiões, cada uma das quais composta de 2 batalhões de caçadores e 2 esquadrões de hussardos e sob comando de um brigadeiro. Na exposição sobre o andamento dos trabalhos do Conselho, apresentado, em 5 de Março de 1802, pelo respectivo secretário, coronel D. Miguel Pereira Forjaz, avançava-se já para o dispositivo do exército, sendo curioso assinalar que as sedes das 3 Legiões das Tropas Ligeiras eram Bragança, Guarda e Castelo Branco, regiões de fronteira e terreno montanhoso.

A tarefa fundamental da recolha de informações acerca das movimentações do inimigo fazia das Tropas Ligeiras um instrumento primordial da acção de comando. Mendonça Furtado, capitão de Cavalaria 1, haveria de escrever, a este propósito:

«As Tropas Ligeiras são para o General como um facho que deve ilustrá-lo continuamente sobre a situação, movimentos e desígnios do inimigo. Sobre a exactidão e inteligência das suas partes[8] é que o General regula o momento e o modo da execução das suas próprias empresas.»[9]

Voltando ao texto de Forbes, assinale-se que, segundo aquele general, a infantaria dever-se-ia «recrutar naqueles lugares da raia em que quase todos os habitantes, bons caçadores de profissão, naturalmente animosos e conhecedores do país, são quase boa tropa ligeira antes de estarem arregimentados»,[10] confirmando a ideia de que o elitismo das Tropas Ligeiras decorria mais da sua origem civil do que, propriamente, de uma apurada preparação militar adquirida após a incorporação.

Apesar de não fazer parte do Conselho de Guerra nomeado em 1802, ao marquês de Alorna seria ordenado, por aviso régio de 17 de Abril de 1804, que desse a sua opinião sobre o projecto de reorganização militar em curso. É interessante anotar o que, a propósito das Tropas Ligeiras, entendeu referir:

«Presentemente faz-se muita guerra com Tropa Ligeira em toda a parte, e o feitio das nossas fronteiras, e quase todo o nosso País, o génio nacional, e muitas outras razões fazem parecer que nos devemos fundar bastantemente nesta Arma.»[11]

Todavia, quando a pressão dos acontecimentos forçou a conclusão da reforma militar (Decreto de 19 de Maio de 1806), parece ter havido hesitações quanto à formalização da existência das Tropas Ligeiras. De facto, na organização do Exército de Linha resultante dos estudos reformistas iniciados em 1802, apenas se previa a existência de 24 regimentos de infantaria, 12 regimentos de cavalaria e 4 regimentos de artilharia. As Tropas Ligeiras – constituídas por 1.379 homens de infantaria, cavalaria e artilharia a cavalo – ficaram, assim, fora da orgânica do Exército de Linha e com um estatuto não permanente, como o das milícias. A criação definitiva de unidades de caçadores no Exército Português só se concretizaria após a primeira invasão francesa, através do Decreto de 14 de Outubro de 1808.

David Martelo
CorInfRef

Comunicação apresentada ao XV Colóquio de História Militar da Comissão Portuguesa de História Miltar – 07-10 de Novembro de 2005.

[8] Parte – comunicação, relatório, etc..
[9] GREGÓRIO DE MENDONÇA FURTADO, *Ordenança de Campanha destinada às Tropas Ligeiras, e aos Officiaes que servem nos postos avançados*, 2.ª página da Introdução.
[10] REVISTA MILITAR, Tomo LV, 1903, p. 505.
[11] MARQUÊS DE ALORNA, *Reflecçoens sobre o systema economico do Exercito*, p. 27.